



EMPREENDENDO NA AUTONOMIA :

Um debate preliminar sobre a Educação na Pós-Modernidade¹

Ana Beatriz Balieiro ABRAHÃO²

Vinculação Institucional

Resumo

A Educação vem sofrendo importantes mudanças ao longo da História, mas é ainda o instrumento social de mais alto valor e uma das mais poderosas ferramentas de poder. Por refletir a construção e consolidação de uma sociedade, ela deve retratar as considerações da Pós-Modernidade, a situação do mercado e suas exigências, mas principalmente os valores e culturas do coletivo. Segundo alguns alicerces pedagógicos, a autonomia é o atributo imperativo, que mesmo no neoliberalismo, onde a busca pelo sucesso comanda e controla todas as dimensões econômicas e sociais, deve nortear a forma de pensar a educação. Talvez em uma cultura de consumo, com uma valorização do excesso e da extravagância, aspectos como autoridade e tradição precisem garantir ainda mais, que o empreendimento em uma educação libertária seja um dos grandes objetivos da sociedade.

Palavras-chave: comunicação; consumo; educação, escolas, autonomia, *self-empendedor*, Parâmetros Curriculares Nacionais.

Fortemente marcada pelo seu caráter normalizador, a educação tem desde os seus primórdios o objetivo de “ensinar a pensar e a agir do modo considerado correto para os parâmetros da época” (SIBILIA, 2012). De fato, não há como deixar de reconhecer que, para além de seu caráter transformador, a educação é, ainda na

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho 1 - COMUNICAÇÃO E CONSUMO: cultura empreendedora e espaço biográfico, do 2º Encontro de GTs de Graduação - Comunicon, realizado dia 14 de outubro de 2016.

² Graduanda em Comunicação Social com habilitação em Propaganda e Marketing da ESPM - São Paulo. Contato: anabebalieiro@gmail.com



atualidade, um lugar de disputas em torno de debates que buscam circunscrever os indivíduos em determinados modelos de convívio social.

Com o propósito e também pretexto de corresponder as exigências e demandas de uma determinada sociedade e período da história, as práticas educativas se consolidam nos ambientes escolares, construindo territórios de conformação, mas também resistência.

Nessa perspectiva, as escolas transformam-se em lugares privilegiados para observar o atravessamento de discursos que tanto caminham na direção da normalização dos sujeitos a partir da disciplina do corpo e do intelecto, como também espaço de desconstrução desses modelos.

No presente artigo, buscaremos refletir sobre alguns eixos centrais que norteiam os currículos escolares na atualidade, tais como a questão da autonomia e individualidade. Pretendemos compreender como esses valores, ou competências, se consolidam em uma sociedade fortemente marcada por um *ethos* neoliberal, característico da sociedade do consumo.

Partindo da análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)³, pretendemos problematizar quais são os significados que transitam em torno desses valores, observando sua aderência ao projeto contemporâneo de sucesso.

Apontamentos sobre a prática educativa

“Educação não é mais formação para um mundo público, mas investimento privado para garantir distinção social” (FREIRE, 2015)⁴, o que explica a expectativa gerada pela oportunidade de estudar, que combinada de maneira a ser determinada pelas mudanças de vida de cada um, tanto individualmente, pelas oportunidades

³ *In*: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>, acesso em maio/2016.

⁴ Citação redigida a partir de aula/eletiva de Educação como Ação Política sob uma perspectiva Fenomenológica- ministrada na Pontifícia Universidade Católica de SP, da professora Fabíola Freire.



oferecidas, como no coletivo, por conta dos inúmeros sentidos, aos quais a sociedade se dirige a partir da educação que é construída.

Isso logo coloca em pauta a questão de ela ser, também, um dos caminhos para a inclusão social, já que sua ausência significa a negação de um direito elementar de cidadania e, portanto, de reprodução de um círculo de pobreza e marginalidade (Parâmetros Curriculares Nacionais, 2012).

Digna de nota, a percepção de que a Educação reflete a construção e consolidação de uma sociedade, mas é também refletida e advinda dela. Ou seja, trata-se de um acompanhamento mútuo de tendências alimentadas por um mercado de pessoas inseridas em um mercado de trabalho.

Assim como em qualquer outro país, a educação brasileira é estruturada por protocolos, projetos e parâmetros, que são as referências através das quais alterações podem ser feitas, decisões tomadas para que o Estado tenha controle, do que as escolas estão (ou deveriam estar) ensinando.

Um dos mais importantes documentos que demonstra sob perspectiva pedagógica a realidade do ensino brasileiro é o Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)⁵, um registro que em “constante atualização” busca suprir todas as novas demandas e se apoia em normas legais para delinear algumas referências da educação básica. Com o objetivo de gerar transformação que atenda às exigências sociais dos mais diversos tipos, o PCN⁶ é constituído por matrizes de referências, para que as instituições de ensino (do primeiro ao nono ano e ensino médio) possam se basear na elaboração de seus próprios currículos.

A constituição do nome do documento já enuncia a que propósito veio. “Parâmetro” é a palavra utilizada para os pontos em comum que se tornam referências nacionais, dentro de um contexto educativo tão diversos quanto o brasileiro. Já “Currículo” é a expressão de princípios e metas do projeto educativo. O trabalho

⁵ In: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>, acesso em maio/2016.

⁶ In: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>, acesso em maio/2016.



configura pontos elementares básicos e comuns às quais, todas as escolas do Brasil, devem estar atentas e alinhadas.

Tratando-se de um projeto educativo, que visa uma gestão do ensino brasileiro mais eficiente e democrática, os PCNs também podem ser considerados um sintoma de época. Ele retrata as considerações da contemporaneidade, a situação do mercado e suas exigências e, principalmente, os valores e culturas de um coletivo, evidenciando o que deve ser ensinado, por direito, a todos os cidadãos brasileiros. Ainda que, de fato, não seja isso que ocorra, é imprescindível destacar a importância de um Projeto Nacional oficial como os PCNs, já que a educação básica⁷ acaba sendo pautado por eles.

Dentre temas variados a que este alude, os Pontos Comuns de Trabalho da Comunidade Escolar são um retrato fidedigno de algumas questões excepcionalmente valorizadas nos dias de hoje, dentro de uma mentalidade capitalista neoliberal sobre a qual prevalece uma **cultura do consumo**.

Deslocamentos da Autonomia

Na edição de 1998 dos PCNs⁸, são tratados os seguintes aspectos: Autonomia, Interação e Cooperação, Atenção à diversidade, Disponibilidade para Aprendizagem, Organização do trabalho escolar, Gestão do tempo, Organização do espaço, Seleção de recursos didáticos e Decisões sobre Avaliação.

Autonomia, nesse contexto, no que se refere a atributos individuais, é a busca mais expressiva dos tempos pós-modernos. Ela pode ser observada sob diferentes perspectivas e ter sua significação alterada, de acordo com as reivindicações de cada contexto.

⁷ A Educação Básica a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9.394/96) foi estruturada de forma a englobar Educação Infantil, Ensino Fundamental com nove anos e Ensino Médio.

⁸ In: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>, acesso em maio/2016.



Segundo alguns alicerces pedagógicos *autonomia* é o atributo por meio do qual os educandos conseguirão tornar-se aptos a um processo de aprendizagem e de vivência da realidade, de maneira factual. Como atributo, refere-se à uma capacidade, aptidão, característica, competência. Ela faz parte do desenvolvimento humano e pode contribuir e muito para o crescimento do indivíduo, independentemente de sua idade. Trata-se de crescimento moral e social, cuja demanda vem da sociedade.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, autonomia é uma capacidade que pode ser desenvolvida, por meio de situações e experiências, apresentando-se em momentos, como os de saber fazer escolhas e posicionar-se.

“Autonomia”, nessa ótica, é saber manter uma relação emancipada com as diferentes dimensões da vida e envolve aspectos intelectuais, morais, afetivos, sociopolíticos. Nesse sentido, FREIRE (1996, p.59) pontua: “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”. Na construção do conhecimento, a autonomia moral e a emocional envolvem auto-respeito, respeito mútuo, segurança e sensibilidade.

O PCN aborda também a questão da autonomia propriamente na sala de aula: como ela pode e deve ser trabalhada pelo educador, para que seja incentivada nas situações propostas, sempre procurando abordar duas faces: a do individual e a do coletivo. A escola deve estar atenta à compreensão da qualidade seletiva da autonomia que se mostra em conhecimentos e condições específicas e não unicamente ao perfil do indivíduo em diferentes esferas da sua vida, e tentar buscar a extensão em campos de atuação diversificados que estimulem os educandos a partir de várias óticas.

É também uma pauta considerada nesse tópico, a constância, relevância e maneira de se investir em autonomia ao longo da escolaridade do educando. De forma a não deixar dúvidas de que se deve ser um processo constante, sistemático e



consistente e de que não pode ser confundida com independência, já que um aluno pode ser independente para realizar atividades, mas não para se governar.

Já sob o ponto de vista do *ethos* neoliberal ao qual somos submetidos no momento em que vivemos, autonomia tem uma acepção e importância completamente diferentes. Ela é vista não só como um dos caminhos para se atingir o sucesso, seja de qual categoria esse for, como também se transfigura no sucesso em si.

Autonomia em um *ethos* neoliberal

Importante contextualizar, nesse momento, sobre a qual *ethos* neoliberal está submetida essa autonomia, bem como a educação e seus alicerces sociais. O neoliberalismo, como conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas, defende a participação do estado na economia. Embora o termo tenha sido surgido em 1938 pelo sociólogo e economista alemão Alexander Rüstow, apenas na década de 70, através da Escola Monetarista do economista Milton Friedman, passaria a ser reconhecido e aplicado como uma possibilidade de solução para a crise do petróleo, que em 1973 atingiu a economia mundial.

As principais características do neoliberalismo incluíram redução de investimentos sociais principalmente no que se referia à educação, saúde e previdência social. Por ser um momento político econômico com grande influência da ideologia da época, as mudanças não ocorreram apenas no âmbito financeiro. Tratava-se de uma nova mentalidade, com valores e hábitos, igualmente reformulados.

Algumas das principais consequências no âmbito escolar foram a redução de recursos pela diminuição de arrecadação e pela não aplicação desses em investimentos educacionais. A confusão na distinção entre eficiência e acessibilidade e a formação menos abrangente e mais profissionalizante teriam repercussões sérias já



que teria desdobramentos para diversos novos tipos de negócios, assim como a reforma do ensino médio como marca da subordinação profissionalizante e como prova de que se investia em “mais mão-de-obra e menos consciência crítica”.

Outros desdobramentos mostravam menor qualidade e maior aceleração da aprovação para “desocupar” vagas e abranger mais pessoas, marketing para vender as vagas, muitas vezes nem existentes, além é claro, das empresas privadas tomando as rédeas de mais uma dimensão social.

Pode-se então afirmar a partir desses elementos, que há no neoliberalismo uma evidente preponderância na oligarquia de talentos instalada e valorizada, cabendo a cada um ter a oportunidade e saber aproveitá-la.

Tornar-se uma pessoa autônoma diz muito sobre o indivíduo que se é no contexto da cultura do consumo em que vivemos, ou seja, o cidadão que tem autonomia como um de seus atributos, está mais preparado para a auto gestão, preparado para empreender não só negócios como a si próprio.

Se em um outro momento da história a garantia da eficácia e eficiência e de instituições era concedida pelo Estado, com a liquidez do capital essa é advinda, agora, a ética empresarial é quem dita as regras na cultura de consumo. Com isso a liquidez dos fluxos informativos e o gozo aquisitivo são substanciais nas oportunidades oferecidas. (SIBILIA, 2012)

Nessa leitura de autonomia sob os holofotes de uma época tão singular quanto a Pós-Modernidade neoliberal, todos nos tornamos projetos e iniciativas, que buscam produtividade e terrenos férteis. Isso só acontece hoje, porque no passado, fomos educados a buscar autonomia e independência, bem como altos padrões de conquistas, gerenciamento de carreiras, gestão de vida, controle e comando sobre todas as dimensões sociais. Hoje cada um é inteiramente responsável pelo seu sucesso, bem como pelo possível e cada vez mais frequente insucesso, Sibilial (2012) aponta nesse



sentido: “(...) cada um deve lutar pela sua própria carreira num contexto hostil e mutante”.

Quando a situação ideal pretendida “se baseia... nos recursos próprios de cada um e na iniciativa individual, os que não conseguem ficar à altura do desafio são desqualificados como ‘fracassados’ ou ‘perdedores’” (SIBILIA, 2012). Isso estabelece o desempenho individual como atributo com grande importância na probabilidade de se alcançar o que se espera, dentro de um desenfreamento de limites ultrapassados e características ignoradas. Tampouco importa sua formação, seu histórico e sua individualidade em alguns casos, ganha quem tiver o melhor e mais seguro comportamento.

A frequência do insucesso vem aumentando proporcionalmente com o aumento das premissas e condições sobre as quais precisamos sempre estar à sombra, ou seja, o sucesso está cada vez mais distante, porque a inatingibilidade dele faz com que nunca paremos de tentar buscá-lo, mesmo que isso custe uma frustração eterna.

Há claramente um desajuste entre as instituições de ensino tradicionais e os alunos, na contemporaneidade (SIBILIA, 2012), isso se deve ao fato de os valores e cultura serem incompatíveis e ambos estarem relutantes à mudança, “tornou-se muito difícil evitar tamanha desarticulação”.

Importante frisar, nesse momento, a expectativa almejada junto com essas frustrações. Bauman (2009) coloca que a escola contemporânea almeja a liberdade, a diferença e a solidariedade, e ainda que tais atributos não sejam os motes que guiam o ensino atual, eles vão ao encontro com a Autonomia, tão expressivamente lograda. O que ele quer dizer, é que essa tendência procura respeitar as individualidades e o multiculturalismo claramente manifesto e faz com que mais pessoas reconheçam a sua possibilidade de ser e estar no mundo (SIBILIA, 2012), ou seja, a expectativa com a qual lidamos por “podermos sermos quem somos” é tão alta quanto a que dita que “sejamos quem a sociedade espera”.



E é nesse contexto que as práticas educativas são implantadas. As crianças são colocadas em escolas selecionadas minuciosamente, de acordo com características relacionadas ao vestibular, aos rankings, às listas, bem como analisadas segundo seus pontos principais e suas aplicações, às atividades as quais dão mais importância, enfoques, instalações. Tais exigências, exatamente por serem entregues pelas escolas, fazem com que os pais selecionem, não só onde o filho vai estudar, talvez nem durante todo o período escolar, como também exatamente o futuro que eles imaginam e esperam que este tenha, em outras palavras, o sucesso que eles anseiam para seus filhos.

Tal configuração espelha o que essa mentalidade também prega: já nascemos atrasados. Vagarosos em crescer, em se desenvolver, em gerir as próprias vidas, em saber o que queremos e como queremos, em tomar decisões, em saber escolher. Aos educandos não é nem concedida a opção da não escolha, como já sendo uma escolha.

É uma nova forma não só de se pensar a educação, como também de se relacionar. Nos distanciamos daquela visão exclusiva de ensino tradicional, mas também da autoridade e tradição (ARENDR, 2011) que o ensino sempre prezou e de certa forma, precisou. E nos aproximamos por um lado, de uma individualização de interesses e por outro de um requinte na produção em massa de mentalidades parecidas que condizem com isso. Ao mesmo tempo em que queremos formar cidadãos diferentes e autônomos para vida, também queremos que estes sejam similares o bastante para que fiquem dentro desse ethos, reproduzindo-o.

Nessa metamorfose, muitas escolas deixaram de agir como aparelhos disciplinares, dedicados a produzir um tipo peculiar de corpos e modos de ser, para se tornarem uma espécie de empresa cujo fim consiste em prestar um serviço - com diversos graus de sucesso e eficácia - entre os muitos outros oferecidos nos mercados contemporâneos. Seu objetivo é capacitar os clientes, em vez de formar todos os alunos de cada nação.

(SIBILIA, 2012, p.93)



Um dos pontos em comum com a visão pedagógica, é que essa visão mercadológica pressupõe diferenças básicas entre autonomia e independência, sendo essa um estado de quem tem autonomia ou liberdade, o que quer dizer que a independência se refere a uma condição e a autonomia a um atributo.

Todas essas características advêm de um espírito capitalista, que se estruturou a partir de mudanças históricas sociais e econômicas.

A preocupação de “estar e permanecer à frente à tendência de estilo, numa sociedade de consumidores, em que os vínculos humanos tendem a ser conduzidos e mediados pelos mercados de bens de consumo, valoriza o sentimento de pertencimento (“pertença”). “Estar à frente” indica uma chance de segurança, de certeza e de certeza de segurança- exatamente os tipos de experiência de que a vida de consumo sente falta.

Na cultura de consumo, escolha e liberdade são nomes da mesma condição, utilizá-los como sinônimos é correto e seu significado quando se trata de educação, reflete que quando os pais de abstraem da escolha, subjagam sua liberdade.

“Só é homem aquele que se insere nas redes do mercado, que participa do conjunto dos consumidores, que se vê refletido e se espelha numa tela de televisão” (LEWKOWICZ, 2006)⁹.

Uma sociedade de consumo é uma sociedade do excesso e da extravagância - e, portanto, da redundância e desperdício. No entanto, aqui a educação sofre um risco exagerado, pois o excesso aumenta a incerteza das escolhas e as vidas (dos consumidores) tendem a continuar sendo sucessões infinitas de tentativas e erros.

Ora - a educação não permite experimentação contínua. Ela necessita Tradição e Autoridade (ARENDR, 2011). Autoridade necessária à regulação normativa operada socialmente, que endosse e monitore um sistema abrangente de regras, normas,

⁹ Citação de “Escuela y Ciudadania” de Ignacio Lewkowicz, de 2006.



restrições, proibições e sanções e que não mais é assegurada pelo professor. Esse se responsabiliza, com isso, por um lado, pela perda da profundidade de pensamento, e por outro, de certa forma, por uma desresponsabilização pela continuidade do mundo. E Tradição que consiga perpetuar, ou pelo menos, transmitir os legados que um dia possam ter sido fundamentais às práticas de ensino, ou seja, evitar o dismantelamento do senso comum que poderia ocasionar a ausência de significações partilhadas por uma comunidade.

A atividade permanente, uma urgência após a outra, dá a segurança de uma vida plena ou de uma “Carreira de sucesso”, únicas provas de autoafirmação num mundo em que as referências ao “além” estão ausentes e onde a existência, com sua finitude, é a única certeza. Quando estão em ação, as pessoas pensam a curto prazo - em coisas a serem feitas de imediato ou num futuro muito próximo. Com muitas frequência, a ação é a única forma de escapar do eu, um remédio para angústia.

(AUBERT, Nicole apud Bauman, 2008, p.120)

A cultura consumista é marcada por uma pressão constante para que sejamos “alguém mais” (BAUMAN, 2008). E essa procura por sempre estarmos a frente do que somos, reflete exatamente o que alguns teóricos pós-modernos previam em suas análises sobre a Educação: precisamos da previsibilidade e segurança que ela pode nos oferecer (VEIGA-NETO, 2003 apud Sibilía, 2012, p.101).

Aqueles que se enquadram na categoria dos consumidores desse contexto ainda têm a oportunidade de serem alunos e disso aproveitarem, já que se é valorizado o ensino como empreendimento individual e a gestão de si como atributo de valor.

Considerações Finais

Nesse artigo buscamos refletir sobre a questão da autonomia na esfera pedagógica, tendo como instrumento os PCNs¹⁰. Partimos da discussão do *ethos*

¹⁰ In: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>, acesso em maio/2016.



neoliberal, pautado por um espírito capitalista, observando como o discurso do sucesso é associado a práticas pedagógicas nos dias de hoje.

A partir dessa conjuntura pode-se observar um grande risco para as gerações futuras: que a educação tenha adquirido um novo significado e que ainda que seja orientada em prol de uma hegemonia social, esteja muito mais direcionada para o sucesso, seja esse de qual esfera for. Essa orientação padroniza as práticas no ensino, que também não são verdadeiramente em prol da autonomia individual, e consequentemente reproduzem um sistema educacional limitado e prejudicado.

A autonomia torna-se, portanto, uma questão complexa a ser compreendida sob o olhar pedagógico. Uma vez circunscrita nas práticas educativas tem lugar central, na atualidade. Contudo a efetiva autonomia concedida aos educandos pode, e acaba por, cair em uma competência muito mais econômica do que formativa. Isso pode ocorrer pelo espaço também central que os propósitos econômicos acabam por assumir em todas as dimensões, até mesmo na pedagógica, no contexto neoliberal capitalista aqui assumido.

A comunicação da autonomia como um dos principais atributos trabalhados em sala de aula vende porque os sujeitos pós-modernos buscam sentirem-se prontos a serem e estarem no mundo (SIBILIA, 2012). Tarefa cada vez mais difícil de ser atingida.

Referências

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

QUINTÃO, Felipe; GOMES, Ivan. **Bauman e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo: A Transformação das Pessoas em Mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.



SIBILIA, Paula. **Redes ou Paredes: A escola em Tempos de Dispersão**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra: 1996.

ARENDR, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva: 2014.

LEWKOWICZ, Ignacio. **Escuela y Ciudadanía**. Argentina: 2006.

Sites Consultados

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf> - Acesso em Maio/2016